



VILAREALSTºANTONIO

-----Assembleia Municipal

ACTA N. 07/2014

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Novembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário**, e os membros eleitos das Bancadas, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, António José Cardoso Gomes, David Miguel Vasques da Silva, Lara Sofia Vairinhos Rosa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Valdemar Dionísio Parra, Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa, José Roberto Leitão Guerreiro, Manuel da Conceição António, José João Rosa Gonçalves, Ricardo José Madeira Cipriano, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Rui João Gutierrez Setúbal, Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado** e conforme Edital de 24 de Novembro de 2014, reuniu em sessão **EXTRAORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

Na **ABERTURA DA SESSÃO** a 1ª Secretária procedeu à chamada e confirmaram-se os seguintes pedidos de substituição: pela bancada do PSD **Maria Alexandra Martins do Livramento** foi substituída por **António José Cardoso Gomes e Luis Miguel Guerreiro Romão** substituído por **Valdemar Dionísio Parra**, na bancada do PS **Maria Luísa Santos Currito Oliveira e Castro** foi substituído por **José João Rosa Gonçalves e Albertina da Piedade Fernandes Madeira** foi substituída por **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita** e na

bancada da CDU Margarida Rosa Molarinho B. Simão foi substituída por Vanda da Encarnação Matias Fernandes.-----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, o **Presidente** declarou aberta a sessão.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: O **Presidente da Assembleia Municipal** passou de imediato a dar conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.-----

Ponto Um: **EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES** - O **Presidente** deu conhecimento da correspondência que foi remetida à **Assembleia Municipal**, documentos cujas cópias foram distribuídas pelas diversas bancadas, a saber: o ofício do Grupo Parlamentar do PCP “Obras de reabilitação do edifício da Esquadra da PSP de Vila Real de Santo António”; comunicação da Assembleia Municipal de Tavira a dar conhecimento da moção “Manutenção do Regimento de Infantaria n.º 1 de Tavira”; e-mail da Direcção Nacional do STAL sobre o apoio ao Projecto da lei n.º 368/XII “Protecção do Direitos Individuais e Comuns à Água” e convocatória da Assembleia Intermunicipal para sessão ordinária da mesma. O **Presidente da Assembleia** informou que os documentos anexos a esta convocatória serão remetidos, via correio electrónico, aos membros desta assembleia que fazem parte da Assembleia Intermunicipal.-----

Foram ainda distribuídas pelas bancadas cópias de processos remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia para conhecimento, nomeadamente:-----

- **APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETROTÉCNICA 2014 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;**-----
- **APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSULTADORIA PARA A ELABORAÇÃO DA 1.ª FASE DO PLANO DE ATIVIDADES PARA A “REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DA MANTA ROTA” – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;**-----
- **APROVAÇÃO DO PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – RENOVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO DE ELEVADORES, MONTA-CARGAS, TAPETES ROLANTES E ESCADAS MECÂNICAS;**-----
- **APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA GINÁSTICA E MASSAGEM NA CASA DO AVÔ EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E MONTE GORDO 2014 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;**-----

- APROVAÇÃO DO PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE E DESPORTO – CC 1309/2014; -----
- APROVAÇÃO DO PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE E DESPORTO – CC 1310/2014; -----
- APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS 2014 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO. -----

Interveio **António Manuel Cipriano Cabrita** que pediu um minuto de silêncio

Ponto Dois: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM;

- Presente a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal e aprovada por **MAIORIA** com op voto contra do **Vereador José Cruz** em reunião daquele órgão, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou-a a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----Ponto Três: **APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA**-----

Foi apreciado o relatório em questão. Interveio **Ricardo José Madeira Cipriano** que referiu que a bancada do Partido Socialista considera uma boa prática este documento ser apresentado em Assembleia Municipal. Deixou ainda algumas ressalvas chamando à atenção para aquilo que é a certificação do Tribunal de Contas para os ênfases e para as reservas que são apresentadas no relatório.-----

Luís Manuel da Rosa Fernandes lembrou que o passivo da SGU aumentou de 2012 para 2013 em nove milhões.-----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança disse a **Luis Fernandes** que a SGU aumentou o passivo mas aumentou igualmente o capital próprio.-----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes referiu que a análise deste relatório reforça a convicção dos eleitos da CDU de que a criação da SGU é uma péssima solução para resolver os problemas da população do concelho. E acrescentou: *“Deveríamos ser nós eleitos, e não outros, a decidir sobre o seu futuro, o mais depressa possível. Exemplos não faltam de sociedades como esta que estão a ser forçadas à dissolução e à integração dos serviços nas Câmaras Municipais com o consequente benefício de gestão. O total de gastos da SGU ascendeu de sete para doze milhões de euros de 2012 para 2013”*. Fez alusão a alguns valores

ilma
3

apresentados no relatório em causa, apontou críticas aos mesmos e afirmou que para este ano certamente não haverá melhorias.-----

José Manuel Modesto Dourado disse subscrever o anteriormente comentado por **Vanda Fernandes** e perguntou a **Carlos Lança** qual o motivo de regozijo ao ter dito que a SGU tinha um capital próprio crescente já que perante o cenário traçado não existem dúvidas de que a SGU é um pesadelo autêntico, que recentemente a imprensa noticiou ser esta a empresa com mais problemas a nível nacional e que as hipotecas são demonstrativas da gravidade da situação.-----

Em resposta às afirmações de **José Manuel Modesto Dourado**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** afirmou que quando se referiu à situação relatada não foi uma questão de regozijo e que *“apenas penso que quando se diz o que está mal, também se deve dizer o que está bem. O passivo também aumentou o capital próprio. Parece que neste relatório só existem questões negativas quando não é verdade. Não podemos assumir uma política de bota-abaixo.”*-----

António Manuel Cipriano Cabrita referiu que a existência de hipotecas ao banco como contrapartida de empréstimos efetuados não traz nenhum problema sendo uma situação normal à semelhança da forma como a SGU tem avançado no sentido do verdadeiro equilíbrio das contas começando a ser uma empresa auto-suficiente, estando isso bem patente nos números apresentados no relatório. Saudou ainda a forma como **Ricardo Cipriano** se manifestou em relação ao relatório e acrescentou: *“Como economista fico satisfeito com a forma como as contas da SGU caminham. O Millenium BCP nunca iria conceder um empréstimo que não fosse legal.”* A **Vanda Fernandes** perguntou o que quis dizer com imparidade e activos tangíveis e intangíveis.-----

Pedi a palavra **Luís Manuel da Rosa Fernandes** para recordar que relativamente ao Millenium BCP a última escritura que foi feita na Ponta da Areia, foi impugnada imediatamente pela Direcção Geral do Tesouro. Afirmou ainda considerar que à semelhança do BES, o Millenium BCP não é infalível. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes disse não pretender responder às questões levantadas por **António Cabrita**, questões que considera uma provocação, tendo em conta que **António Cabrita** e **Carlos Lança**, enquanto economista e bancário, respetivamente, sabem que há erros que os bancos não devem cometer e que continuam a fazê-lo, e acrescentou *“Nós limitámo-nos a ler o relatório da SGU e falar daquilo que pareceu menos*

correcto, fazendo a análise das contas da SGU que nos foi pedida e trazendo-a à Assembleia.”-----

Pediu a palavra o **Presidente da Câmara Municipal** para lamentar que algumas pessoas que nem sequer estão contextualizadas com os partidos atentem contra a Câmara Municipal e seu património. No caso do Parque de Campismo disse “*a interpretação que temos é de que o estado ficou com o terreno da Câmara Municipal. Nós temos a acta de um foral do século XIX, de 1875 em que a Câmara Municipal cedeu ao estado por 100 anos, para florestação, toda a mata de Vila Real de Santo António e, mesmo que assim não fosse, no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor do Parque de Campismo e como é de lei, há um parcelamento da propriedade em que a Câmara ficou detentora dos lotes pra a suposta tese da Associação AMA como espaço verde público.*”-----

A **Vanda Fernandes** disse, sobre os comentários proferidos, que por exemplo, os contratos de consumo de água já estavam assinados antes do seu primeiro mandato e que quanto às perdas de água, foi necessário contrair um empréstimo com o Banco Europeu do Investimento para efectuar obras de saneamento básico. Acrescentou que estes créditos significam uma grande parte do endividamento e que estas obras têm como objectivo dar mais qualidade de vida à população de Vila Real de Santo António e tentar reduzir as perdas de água existentes na rede sendo que a esse nível já se verificou uma redução drástica. E concluiu que o município está hoje maioritariamente coberto de redes separativas e que é evidente que tem de haver endividamento para serem executadas obras desta natureza.-----

Foi lida e entregue declaração de voto por parte da bancada da CDU.-----

Ponto Quatro: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO DE EUROCIDADÃO** - Presente a proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião daquele órgão, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou-a a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

Ponto Cinco: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ALOJAMENTO LOCAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** - Presente a proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião daquele órgão.-----

Registou-se a intervenção de **Ricardo José Madeira Cipriano** que lembrou ter, na última vez que o mesmo assunto veio a votação, perguntado se a nível da AMAL houve alguma uniformização deste tipo de documentos, tendo em conta a sua importância. Referiu que cada


5

município do Algarve regulamentou à sua maneira e existem em concelhos limítrofes do Algarve procedimentos distintos para a mesma situação. E acrescentou *"Seria bom, como referi anteriormente, e sendo este o momento de proceder às alterações por o documento se encontrar em período de discussão pública, recomendar junto da AMAL a uniformização do regulamento."*-----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse subscrever a preocupação de **Ricardo Cipriano** e informou que em várias ocasiões na AMAL propôs que houvesse uma uniformização de algumas taxas a nível do regulamento e que a Câmara Municipal vai continuar a insistir nesta questão. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação e a mesma foi aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

Ponto Seis: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** - Presente a proposta apresentada pelo **Vereador João Sol Pereira** e aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião daquele órgão, interveio **José Manuel Modesto Dourado** para dizer que este regulamento é de leitura complexa por ser muito técnico mas que isso não invalida que se faça uma leitura e perguntou o porquê do valor das compensações pela não cedência de terrenos ou áreas para criação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva terem uma redução no valor de 60%. Acrescentou ainda que o argumento do executivo é que se pretende promover e incrementar o desenvolvimento sócio-económico do concelho mas que o Bloco de Esquerda fica com a sensação que esta medida facilita aos construtores e empreiteiros projectos de urbanização e, ao mesmo tempo, é um incentivo para que os mesmos não executem espaços verdes. Referiu o Art. 29º que fala da obrigação de cedência e o artigo seguinte que refere a ausência de cedência e terminou com a seguinte afirmação: *"A lei prevê isto e não me parece que o executivo tenha algo de positivo nessa medida sendo que 60% me parece excessivo, obtendo a Câmara Municipal menos compensação financeira."*-----

Interveio o **Presidente da Câmara Municipal** que disse *"O município faz a redução como forma de harmonizar no valor dos concelhos limítrofes. Se for retirada essa redução poder-se-á verificar que em Vila Real de Santo António os valores eram excessivamente caros. A ideia é fazer um valor médio com os municípios de igual dinâmica imobiliária."*-----

José Manuel Modesto Dourado agradeceu os esclarecimentos do Presidente mas disse ter receio que a pretexto da crise do sector da construção se estejam a facilitar futuros projectos

urbanísticos e sugeriu que o preâmbulo do regulamento deverá ser menos técnico e dele devem constar, por exemplo, a redução de taxas urbanísticas a quem apresente projectos com medidas de eficiência energética a demonstrar que o município está preocupado com questões ambientais.-----

Pediu a palavra **António Manuel Cipriano Cabrita** que disse: *“O membro do Bloco de Esquerda deverá vir falar de coisas concretas porque, com estas intervenções, parece não querer que se incentive a construção civil e a criação de emprego. O regulamento está feito com base noutros já feitos e acho que estas teorias e estas conversas são da treta. Devemos falar de coisas concretas e não vir aqui dizer que o regulamento está mal feito. Não passe atestados de estúpidos e de parvos a todos os que aqui estão.”*-----

José Manuel Modesto Dourado pediu a palavra para dizer. *“Não é a primeira vez que o senhor deputado António Cabrita, sempre que as intervenções não são do seu agrado, passa directamente ao insulto pessoal. Se quiser argumentar é livre de fazê-lo, ninguém tem a razão suprema mas esse tipo de intervenções são anti-democráticas e, já agora, pouco educadas.”*--

O **Presidente da Câmara Municipal** voltou a intervir para dizer que as afirmações de **José Dourado** estão descontextualizadas da prática e dos regulamentos e que qualquer projecto tem de ter a certificação energética, e este, é técnico e despido de qualquer pretensão política

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos favoráveis do **PSD,PS,CDU** e a abstenção do **BE**.-----

Ponto Sete: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** – Presente a proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião daquele órgão e não havendo intervenção dos membros da **Assembleia Municipal** o **Presidente** colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto Oito: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2.º GRAU:CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO** - Presente a proposta apresentada pela **Vice-Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por maioria com as abstenções dos Vereadores **David Murta** e **Luís Salas**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação e a mesma foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros do **Partido Socialista** e do **Bloco**

de Esquerda.-----

Ponto Nove: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RECRUTAMENTO DE PROFESSORES PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA ÁREA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2014/2015** - Presente a proposta apresentada pela **Vice-Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **UNANIMIDADE** por aquele órgão, interveio **Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro** que perguntou se os professores iriam lecionar seis horas semanais e qual o seu vínculo com a Câmara Municipal.-----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes perguntou se a provisão destes lugares é por concurso público e se o mesmo já está aberto.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu a **Luisa Currito** que a autarquia faz, o que nos termos da lei é possível fazer e com o vínculo permitido. A **Vanda Fernandes** disse que este é, evidentemente, um concurso público e que só poderá ser aberto depois de aprovado em Assembleia Municipal.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

Ponto Dez: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE VIAGENS, TRANSPORTES AÉREOS, ALOJAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES** -

Presente a proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **MAIORIA** em reunião daquele órgão com os votos contra dos **Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz**.-----

Interveio **Ricardo José Madeira Cipriano** para referir que apesar desta proposta ter anexado o parecer técnico, não traz planeamento de afectação de custos, o que frisou ser importante, tendo em conta que se trata de um valor considerável, sendo esse o argumento que levará a bancada do PS a votar contra.-----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes perguntou se a lei permite quer se faça a associação com a SGU para este protocolo das viagens ou se tem que ser com outros municípios ou com a AMAL. Disse concordar com o que o PS disse quanto ao planeamento das viagens e à necessidade de viajar e que de acordo com a proposta apresentada sabe-se apenas quanto é que a Câmara Municipal e a SGU vão gastar separadamente. Acrescentou ainda que numa época de crise como a atual deve haver alguma contensão.-----

António Manuel Cipriano Cabrita referiu que esta é uma boa medida de optimização e racionalização de custos e que por ter sido aprovado este plafond nada levar a crer que o mesmo será gasto na íntegra. Afirmou ainda que o executivo terá o cuidado de utilizar apenas a verba estritamente necessária e que com este tipo de procedimento obtêm-se melhores preços. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara Municipal** para referir que o entendimento que os senhores deputados têm relativamente a este ponto não corresponde áquilo que é a sua intenção e acrescentou: *“A pretensão é fazer um concurso para serviços à Câmara Municipal com se faz noutras situações de forma a termos uma bolsa/plafond, negociando preços mais baixos. Em função das necessidades utiliza-se o plafond. Esta é uma forma de reduzir custos”*

Ricardo José Madeira Cipriano afirmou perceber parte das explicações mas considera que a autarquia deverá ter um planeamento porque existem certamente eventos que já estão previamente definidos e planeados, apesar de haver outros que poderão ser de última hora, sendo que esta proposta não refere nenhum evento específico referindo-se só genericamente à SGU e genericamente à Câmara Municipal. Disse que, de qualquer forma, concorda com o concurso público pelo facto de ser uma forma de se obter valores mais baixos.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** retomou a palavra para esclarecer que obviamente existe um planeamento por trás deste concurso sendo este um procedimento para a Câmara Municipal no seu todo – funcionários, membros do executivo, etc. – e está dentro da rubrica das despesas.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS, CDU e BE**.-----

Ponto Onze: **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA PARA O ANO DE 2014;**-----

Ponto Doze: **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO PARA O ANO DE 2014;** - Presente as propostas apresentadas pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovadas por **UNANIMIDADE** por aquele órgão, o **Presidente da Assembleia Municipal**, de seguida, informou que os pontos 11 e 12 seriam colocados a discussão em conjunto. Registou-se a intervenção de **Ricardo José Madeira Cipriano** que perguntou se os valores destes protocolos correspondem às necessidades das Juntas de Freguesia face às competências delegadas e às anteriormente atribuídas e o porquê de faltar o protocolo da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes disse pretender saber qual a diferença nestes protocolos e nos dos anos anteriores porque estes, de acordo com a introdução, foram feitos ao abrigo da Lei 75/2013 que não prevê a existência de protocolos entre as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia mas sim a existência de contratos.-----

António Manuel Cipriano Cabrita disse “*Sob pena de me voltarem a chamar anti-democrático, afirmo que a pergunta da bancada do PS é recorrente, feita todos os anos e deve-se deixar os presidentes de Junta responderem.*”-----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões colocadas referindo que entre um acordo de execução e um protocolo não existem diferenças. Ao deputado do PS disse que a Câmara Municipal está num processo de negociação com cada uma das Juntas de Freguesia e que brevemente a negociação com a Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António ficará também concluída. -----

A proposta foi colocada a votação, tendo sendo aprovada por **MAIORIA** com as abstenções da **CDU** e do **BE**. -----

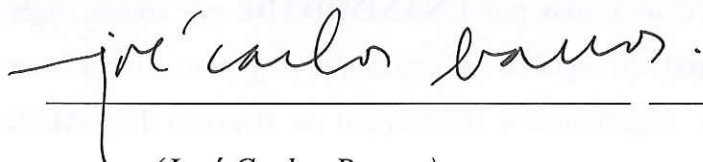
Foi lida e entregue declaração de voto, relativa aos pontos 11 e 12 por parte da bancada da CDU.-----

Passou-se ao Período de intervenção do público, não se registando intervenções.-----

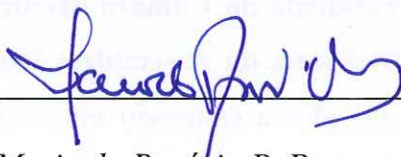
E nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a leitura da minuta da ACTA que, colocada a votação foi aprovada por UNANIMIDADE. O **Presidente** deu então por encerrada a sessão da **Assembleia Municipal** pelas vinte e três horas e dez minutos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário



(José Carlos Barros)



(Maria do Rosário P. Proença)



COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA PCP – PEV



Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

Declaração de Voto

Sobre a fixação da participação variável do IRS, consideramos que:

- a) O desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida a que o governo e a Assembleia da República têm deliberadamente ignorado.
- b) Não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho.
- c) Muito menos sentido faz que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução, ainda que «voluntária», da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito.

Por outro lado, o «benefício» fiscal que resultaria do facto de os municípios abdicarem da participação no IRS, no todo ou em parte, é:

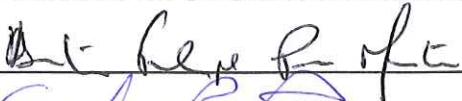
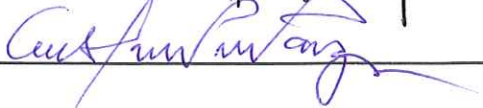
- a) Socialmente injusto por reduzir a carga fiscal tanto mais quanto maiores forem os rendimentos;
- b) De montante ridículo para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos, e nulo ou quase nulo para a generalidade da população;
- c) Significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização dos municípios e, consequentemente, degradar os níveis ou a qualidade do atendimento aos cidadãos ou, em alternativa, pressionar no sentido da busca de receitas alternativas em outros impostos, taxas, tarifas ou preços.

Consideramos por fim que uma eventual renúncia à participação variável da taxa de IRS, não visa, de facto, qualquer diminuição da carga fiscal, mas sim a sua redistribuição em desfavor dos que menos têm e dos trabalhadores em geral. Trata-se-ia de diminuir os impostos sobre a riqueza e os rendimentos elevados, eliminando a sua função redistributiva, e obter financiamento através do pagamento igual, independentemente da capacidade económica, dos serviços prestados por aplicação do princípio do utilizador pagador.

Por este motivo votámos favoravelmente a proposta.

27 de Novembro de 2014

Os membros da CDU na Assembleia Municipal.

União.





Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António



DECLARAÇÃO DE VOTO

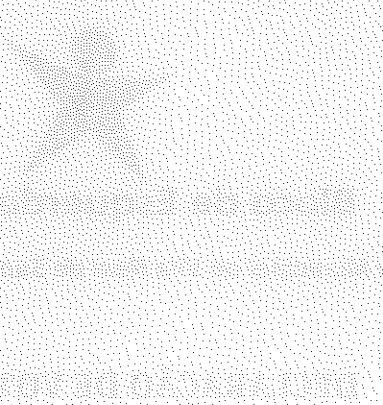
O Bloco de Esquerda considera justo que cada Município capte uma participação variável de IRS aos sujeitos passivos. Contudo, atendendo à grave situação socioeconómica que o concelho e o país atravessam, defende que essa taxa não deveria, de momento, ser aplicada.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2014



(José Dourado)

100



THESE THINGS ARE NOT TO BE TAKEN AS A
FINALITY, BUT AS A POINT OF DEPARTURE
FOR FURTHER DISCUSSION AND DEBATE.
THEY ARE NOT TO BE TAKEN AS A
FINALITY, BUT AS A POINT OF DEPARTURE
FOR FURTHER DISCUSSION AND DEBATE.

THESE THINGS ARE NOT TO BE TAKEN AS A

FINALITY

FOR FURTHER DISCUSSION AND DEBATE.

Winn?



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

Winn?

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ainda que resulte de uma imposição legal definida no Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), a aplicação de taxas de Derrama nos seus valores máximos constitui uma clara injustiça e revela-se como uma enorme gravidade para os sujeitos passivos, fustigados que já estão pela grave situação social que o país atravessa e considerando o tecido económico de Vila Real de Santo António, muito assente no comércio, na restauração e na hotelaria. Este tipo de atividade económica está normalmente associado aos pequenos e médios empresários que, além do já referido, se debatem com as incomportáveis taxas de IVA.

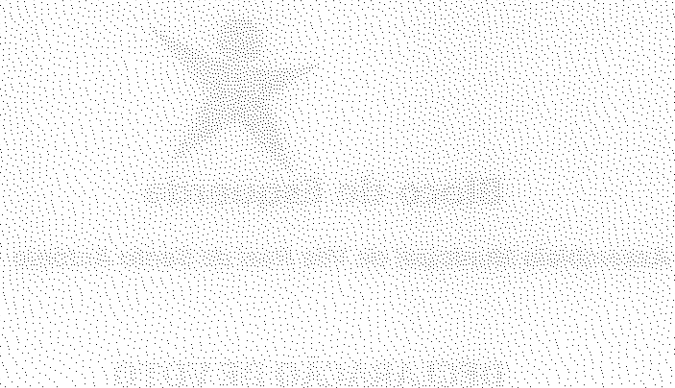
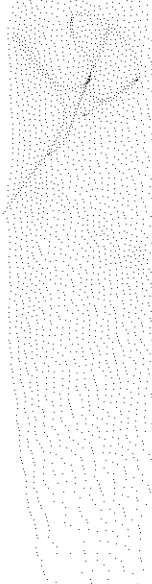
Pode, de acordo com a lei, ser fixada uma taxa especial e reduzida para sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse no ano 150.000€. Nesse sentido, seria justo isentar da taxa da Derrama (ou reduzi-la substancialmente) os sujeitos passivos que se encontrassem em tal situação.

O voto do Bloco de Esquerda é, pois, contrário à aprovação das taxas máximas deste imposto.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2014



(José Dourado)



THESE THINGS ARE NOT NEW TO THE WORLD OF THE FUTURE. THEY ARE THE THINGS THAT WE HAVE BEEN DOING SINCE THE BEGINNING OF TIME. THE ONLY DIFFERENCE IS THAT WE HAVE BEEN DOING THEM IN A DIFFERENT WAY. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING.

THESE THINGS ARE NOT NEW TO THE WORLD OF THE FUTURE. THEY ARE THE THINGS THAT WE HAVE BEEN DOING SINCE THE BEGINNING OF TIME. THE ONLY DIFFERENCE IS THAT WE HAVE BEEN DOING THEM IN A DIFFERENT WAY. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING.

THESE THINGS ARE NOT NEW TO THE WORLD OF THE FUTURE. THEY ARE THE THINGS THAT WE HAVE BEEN DOING SINCE THE BEGINNING OF TIME. THE ONLY DIFFERENCE IS THAT WE HAVE BEEN DOING THEM IN A DIFFERENT WAY. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING.

THESE THINGS ARE NOT NEW TO THE WORLD OF THE FUTURE. THEY ARE THE THINGS THAT WE HAVE BEEN DOING SINCE THE BEGINNING OF TIME. THE ONLY DIFFERENCE IS THAT WE HAVE BEEN DOING THEM IN A DIFFERENT WAY. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING.

THESE THINGS ARE NOT NEW TO THE WORLD OF THE FUTURE. THEY ARE THE THINGS THAT WE HAVE BEEN DOING SINCE THE BEGINNING OF TIME. THE ONLY DIFFERENCE IS THAT WE HAVE BEEN DOING THEM IN A DIFFERENT WAY. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING. WE HAVE BEEN DOING THEM IN A WAY THAT HAS BEEN CHANGING AS WE HAVE BEEN CHANGING.



COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA PCP – PEV



Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

Declaração de Voto

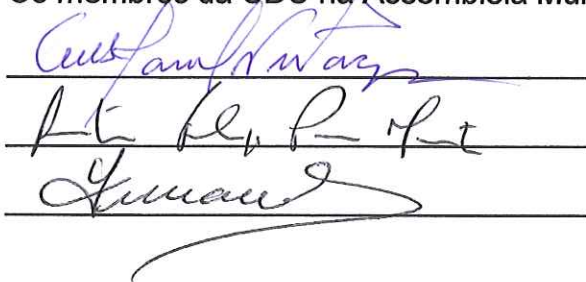
Sobre a fixação das taxas e impostos, queremos relembrar que num momento em que as famílias são sujeitas a sucessivas reduções de rendimentos e agravamento generalizado do custo de vida, assumir a fixação deste valores nos seus máximos, à qual votaremos contra, representará uma sobrecarga acrescida que contribuirá para a degradação das condições de vida já por si difíceis, num concelho com complicadas situações sociais e económicas, agravadas pela elevadas taxas de desemprego e trabalho precário.

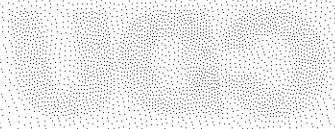
Esta situação só pode ser alterada com uma mudança de rumo e de políticas, que reponha as pessoas no centro das prioridades, que aumente a produção e coloque o sector financeiro ao serviço do povo e do país. As opções de sucessivos governos PS/PSD/CDS arrastaram-nos até à presente situação e os planos de resgate, ao contrário de resgatarem, fazem do estado central e local reféns, condenados a décadas de cativeiro da banca e do poder económico.

Foi a urgência dessa mudança que os trabalhadores e o povo, que desde já saudamos, exigiram na Marcha Nacional que percorreu todo o país e que juntou milhares de trabalhadores frente à Assembleia da República no passado dia 25, aquando da votação do Orçamento de Estado i aprovado na Assembleia da República, mas chumbado nas ruas.

27 de Novembro de 2014

Os membros da CDU na Assembleia Municipal.





Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

Decisão de Voto

Sobre a fixação das taxas e impostos, queremos relatar que num momento em que as famílias são sujeitas a sucessivas reduções de rendimentos e agravamento generalizado do custo de vida, assumir a fixação destes valores nos seus mínimos, é qual votámos contra, representará uma subordinação acrescida que contribua para a deterioração das condições de vida já por si difíceis, num contexto com complicadas situações sociais e económicas agravadas pela elevadas taxas de desemprego e trabalho precário.

Esta situação só pode ser alterada com uma mudança de rumo e de políticas, que reponte as pessoas no centro das prioridades, que aumente a produção e coloque o sector financeiro ao serviço do povo e do país. As opções de sucessivos governos PSPD/CDS sustentaram-nos até à presente situação e os planos de resgate, no contexto de restrição salarial do estado central e local, têm contribuído a décadas de colapso da banca e do poder económico.

Foi a urgência desta mudança que os trabalhadores e o povo, que desde há séculos exigem na Marcha Nacional que percorreu todo o país e que uniu milhares de trabalhadores frente à Assembleia da República no passado dia 26, quando da votação do Orçamento do Estado, aprovava na Assembleia da República, mas chamado nas ruas.

27 de Novembro de 2014

Os membros da CDU na Assembleia Municipal

uniao




uniao


Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

A fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para os seus valores máximos merece o voto contra do Bloco de Esquerda.

Ainda que resulte de uma imposição legal definida no Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), aplicar a taxa máxima de IMI constitui uma clara injustiça para as pessoas, fustigadas que já estão pela grave situação social que o país atravessa. O IMI que incide particularmente sobre os prédios urbanos avaliados afeta sobretudo casais ou jovens que vivem sozinhos, que, como se sabe, têm na sua maioria empregos precários ou estão no desemprego. Muitos munícipes já não conseguem pagar os créditos à habitação e as respetivas taxas de juro, pelo que, com a criação da taxa máxima do IMI, as suas situações tornar-se-ão verdadeiramente insustentáveis.

Relativamente à proposta de majoração em 30% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António, o Bloco de Esquerda é favorável, na medida em que pode incentivar a reabilitação urbana e, consequentemente, a criação de postos de trabalho.

Contudo, seria justo e consequente com esta última medida, aplicar uma minoração em 30% da taxa de IMI para os prédios urbanos degradados mas entretanto recuperados.

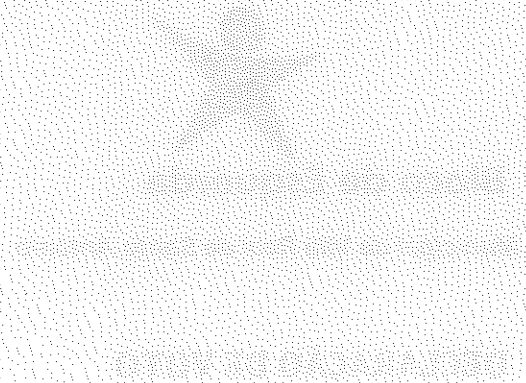
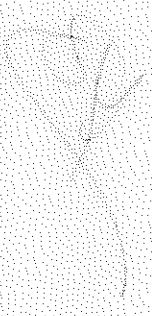
É fulcral o combate à injustiça fiscal, e distinguir entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que, deixando os prédios ao abandono, não respeitam a finalidade dos imóveis, que é a sua habitação.

Por todos os motivos acima expostos, o voto do Bloco de Esquerda será contrário à aprovação das taxas máximas do IMI.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2014



(José Dourado)



THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET, CHICAGO, ILL. 60601-3043
TEL: (312) 837-0700 FAX: (312) 837-0701

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET, CHICAGO, ILL. 60601-3043
TEL: (312) 837-0700 FAX: (312) 837-0701
WWW.CHICAGO.PRESS.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET, CHICAGO, ILL. 60601-3043
TEL: (312) 837-0700 FAX: (312) 837-0701
WWW.CHICAGO.PRESS.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
54 EAST LAKE STREET, CHICAGO, ILL. 60601-3043
TEL: (312) 837-0700 FAX: (312) 837-0701
WWW.CHICAGO.PRESS.EDU

Handwritten mark in top left corner.

Handwritten mark in top left corner.



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

Handwritten mark in top right corner.

DECLARAÇÃO DE VOTO

A proposta de aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem para 2015 merece o voto contra do Bloco de Esquerda.

Esta taxa, tal como está instituída atualmente, não faz sentido. É um absurdo que sejam os consumidores a suportar o encargo da mesma e não diretamente as empresas operadoras de telecomunicações. A TMDP deve ser paga pelas empresas e não pelos consumidores!

Além disso, é sabido que várias dessas empresas, não obstante apresentarem significativos lucros, muitas vezes não transferem para os municípios a totalidade dos valores cobrados aos consumidores, não estando prevista na lei qualquer sanção para este incumprimento.

Dada a cada vez pior situação social e económica da maioria da população portuguesa, e, neste caso, dos munícipes vila-realenses – desemprego, emprego precário, assalto fiscal aos trabalhadores -, é completamente injusto onerar com mais este encargo os consumidores e não as empresas, que são quem efetivamente beneficia do uso dos espaços do município.

Por estes motivos, o Bloco de Esquerda declara o seu voto contra.

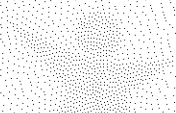
Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2014

Handwritten signature of José Dourado.

(José Dourado)

Ponto 2

10



A. The first of the two main parts of the report is a description of the current state of the world, and the second part is a description of the future state of the world.

The first part of the report is a description of the current state of the world, and the second part is a description of the future state of the world.

The first part of the report is a description of the current state of the world, and the second part is a description of the future state of the world.

The first part of the report is a description of the current state of the world, and the second part is a description of the future state of the world.

The first part of the report is a description of the current state of the world, and the second part is a description of the future state of the world.

The first part of the report is a description of the current state of the world, and the second part is a description of the future state of the world.